

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	9
DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	49
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	50
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	29.548.491
Preferenciais	23.532.768
Total	53.081.259
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,00032
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,00035
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo		Ordinária		0,00241
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo		Preferencial		0,00265

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	3.611.140	3.046.725
1.01	Ativo Circulante	1.370.996	973.952
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	462.101	312.352
1.01.03	Contas a Receber	568.903	373.723
1.01.03.01	Clientes	568.903	373.723
1.01.04	Estoques	2.777	1.662
1.01.06	Tributos a Recuperar	27.532	24.265
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	27.532	24.265
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	309.683	261.950
1.01.08.03	Outros	309.683	261.950
1.01.08.03.02	Ativo financeiro setorial	155.288	115.674
1.01.08.03.20	Outros Créditos	154.395	146.276
1.02	Ativo Não Circulante	2.240.144	2.072.773
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.388.945	1.175.330
1.02.01.03	Contas a Receber	10.869	12.921
1.02.01.03.01	Clientes	10.869	12.921
1.02.01.06	Tributos Diferidos	117.613	128.378
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais Diferidos	117.613	128.378
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.260.463	1.034.031
1.02.01.09.03	Tributos a Compensar	19.817	20.006
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	197.932	192.913
1.02.01.09.05	Ativo Financeiro da Concessão	661.197	589.299
1.02.01.09.06	Derivativos	207.185	77.947
1.02.01.09.07	Ativo financeiro setorial	170.449	150.030
1.02.01.09.20	Outros créditos	3.883	3.836
1.02.04	Intangível	851.199	897.443
1.02.04.01	Intangíveis	851.199	897.443
1.02.04.01.02	Intangíveis	851.199	897.443

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	3.611.140	3.046.725
2.01	Passivo Circulante	1.158.375	1.059.095
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.647	11.187
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	13.647	11.187
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	13.647	11.187
2.01.02	Fornecedores	444.565	464.529
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	444.565	464.529
2.01.03	Obrigações Fiscais	139.337	107.582
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	35.600	20.785
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.184	674
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social PIS	5.103	2.877
2.01.03.01.03	Contrib p/Financ da Seguridade Social	23.504	13.250
2.01.03.01.04	Outros	3.809	3.984
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	103.737	86.797
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	343.105	346.075
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	60.091	60.841
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	56.454	56.192
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.637	4.649
2.01.04.02	Debêntures	283.014	285.234
2.01.04.02.01	Debêntures	259.979	259.914
2.01.04.02.02	Encargos de Debêntures	23.035	25.320
2.01.05	Outras Obrigações	217.721	129.722
2.01.05.02	Outros	217.721	129.722
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	92.008	7.015
2.01.05.02.06	Entidade de Previdência Privada	18.864	18.469
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	106.849	104.238
2.02	Passivo Não Circulante	1.924.534	1.507.944
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.642.023	1.218.578
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.298.006	874.608
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	344.006	233.284
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	954.000	641.324
2.02.01.02	Debêntures	344.017	343.970
2.02.02	Outras Obrigações	86.778	87.487
2.02.02.02	Outros	86.778	87.487
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	15.511	15.511
2.02.02.02.03	Entidade de Previdência Privada	49.728	55.370
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	19.773	15.305
2.02.02.02.07	Derivativos	1.766	1.301
2.02.04	Provisões	195.733	201.879
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	195.733	201.879
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	125.031	121.370
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	23.530	25.425
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	44.433	44.746
2.02.04.01.20	Outros	2.739	10.338
2.03	Patrimônio Líquido	528.231	479.686
2.03.01	Capital Social Realizado	156.610	156.610

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.02	Reservas de Capital	117.708	117.708
2.03.04	Reservas de Lucros	248.717	241.945
2.03.04.01	Reserva Legal	6.220	6.220
2.03.04.02	Reserva Estatutária	93.979	87.207
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	148.518	148.518
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	41.773	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-36.577	-36.577

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	997.858	711.078
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-828.128	-607.276
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-734.310	-518.647
3.02.02	Custo de Operação	-47.710	-45.277
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-46.108	-43.352
3.03	Resultado Bruto	169.730	103.802
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-52.599	-57.467
3.04.01	Despesas com Vendas	-24.383	-23.903
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-25.479	-26.592
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.737	-6.972
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	117.131	46.335
3.06	Resultado Financeiro	-39.304	-13.580
3.06.01	Receitas Financeiras	40.563	30.815
3.06.02	Despesas Financeiras	-79.867	-44.395
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	77.827	32.755
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-29.282	-13.134
3.08.01	Corrente	-20.136	-21.554
3.08.02	Diferido	-9.146	8.420
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	48.545	19.621
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	48.545	19.621
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00088	0,00035
3.99.01.02	PN	0,00096	0,00039

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	48.545	19.621
4.03	Resultado Abrangente do Período	48.545	19.621

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-83.211	-117.351
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	154.815	97.300
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes da CSLL e IRPJ	77.827	32.755
6.01.01.02	Amortização	22.956	22.520
6.01.01.03	Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	3.226	6.446
6.01.01.04	Encargos de Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	38.234	26.662
6.01.01.05	Despesa com Plano de Pensão	2.672	1.995
6.01.01.06	Perda na Baixa de Ativo não Circulante	2.742	3.966
6.01.01.07	PIS e COFINS Diferidos	1.620	-3.405
6.01.01.08	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.538	6.361
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-238.026	-214.651
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-199.980	-55.970
6.01.02.02	Tributos a Compensar	-3.078	431
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-231	-1.828
6.01.02.04	Contas a Receber Eletrobrás - Aporte CDE	-4.276	-295.846
6.01.02.05	Ativo Financeiro Setorial	-54.002	0
6.01.02.08	Outros Ativos Operacionais	-9.084	-11.513
6.01.02.09	Fornecedores	-19.964	174.957
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-17.792	-13.530
6.01.02.11	Outros Tributos e Contribuições Sociais	28.085	22.538
6.01.02.12	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-7.919	-7.121
6.01.02.13	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-29.730	-27.358
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	84.993	3.323
6.01.02.15	Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas Pagos	-14.589	-13.206
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	9.541	10.472
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-34.397	-36.381
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados	-747	-167
6.02.03	Adições de Intangível	-41.118	-38.412
6.02.04	Venda de ativo não circulante	7.468	2.198
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	267.357	249.874
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	466.728	281.567
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures, líquida de Derivativos	-199.371	-31.693
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	149.749	96.142
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	312.352	351.907
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	462.101	448.049

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	156.610	117.708	241.945	0	-36.577	479.686
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	156.610	117.708	241.945	0	-36.577	479.686
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	48.545	0	48.545
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	48.545	0	48.545
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	6.772	-6.772	0	0
5.06.08	Constituição de Reserva Estatutária no Exercício	0	0	6.772	-6.772	0	0
5.07	Saldos Finais	156.610	117.708	248.717	41.773	-36.577	528.231

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	99.900	124.418	174.514	0	-14.224	384.608
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	99.900	124.418	174.514	0	-14.224	384.608
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	19.621	0	19.621
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	19.621	0	19.621
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	6.775	-6.775	0	0
5.06.08	Constituição de Reserva Estatutária no Período	0	0	6.775	-6.775	0	0
5.07	Saldos Finais	99.900	124.418	181.289	12.846	-14.224	404.229

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	1.543.045	997.410
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.502.611	960.529
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	45.972	43.242
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.538	-6.361
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-906.911	-668.379
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-818.790	-580.999
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-88.121	-87.380
7.03	Valor Adicionado Bruto	636.134	329.031
7.04	Retenções	-22.963	-22.520
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-22.963	-22.520
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	613.171	306.511
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	40.563	30.815
7.06.02	Receitas Financeiras	40.563	30.815
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	653.734	337.326
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	653.734	337.326
7.08.01	Pessoal	31.289	28.903
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.152	18.078
7.08.01.02	Benefícios	10.367	9.237
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.770	1.588
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	493.507	243.898
7.08.02.01	Federais	244.608	62.280
7.08.02.02	Estaduais	248.304	181.162
7.08.02.03	Municipais	595	456
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	80.393	44.904
7.08.03.01	Juros	79.514	44.263
7.08.03.02	Aluguéis	879	641
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	48.545	19.621
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	48.545	19.621

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – CPFL Piratininga

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	1º Trimestre		
	2015	2014	Variação
Receita operacional	1.548.582	1.003.771	54,3%
Fornecimento de energia elétrica (*)	1.199.172	851.671	40,8%
Suprimento de energia elétrica	665	1.536	-56,7%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	45.972	43.242	6,3%
Outras receitas operacionais	139.773	107.323	30,2%
Ativo e passivo financeiro setorial	163.001	-	0,0%
Deduções da receita operacional	(550.724)	(292.694)	88,2%
Receita operacional líquida	997.858	711.078	40,3%
Custo com energia elétrica	(734.310)	(518.647)	41,6%
Energia comprada para revenda	(646.031)	(474.661)	36,1%
Encargo de uso do sist transm distrib	(88.278)	(43.985)	100,7%
Despesa operacional	(146.417)	(146.096)	0,2%
Pessoal	(32.335)	(29.811)	8,5%
Entidade de previdência privada	(2.672)	(1.995)	34,0%
Material	(3.190)	(3.787)	-15,8%
Serviço de terceiros	(23.140)	(20.403)	13,4%
Amortização	(22.956)	(22.520)	1,9%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(45.972)	(43.242)	6,3%
Outros	(16.153)	(24.339)	-33,6%
Resultado do serviço	117.132	46.335	152,8%
Resultado financeiro	(39.305)	(13.580)	189,4%
Receitas financeiras	40.563	30.815	31,6%
Despesas financeiras	(79.867)	(44.395)	79,9%
Resultado antes dos tributos	77.827	32.755	137,6%
Contribuição social	(7.830)	(3.533)	121,6%
Imposto de renda	(21.452)	(9.600)	123,5%
Resultado Líquido do Período	48.545	19.621	147,4%
EBITDA	140.087	68.855	103,5%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da Rede Elétrica ao consumidor cativo - TUSD (nota 23)

Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta no 1º trimestre de 2015 foi de R\$ 1.548.582, representando um aumento de 54,3% (R\$ 544.811) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a Receita Operacional Bruta seria de R\$ 1.502.610, apresentando um aumento de 56,4% (R\$ 542.081) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de Energia Elétrica:** Aumento de 40,8% (R\$ 347.501) basicamente em função do aumento no preço médio em 43,2% em função do reajuste tarifário aplicado a partir de outubro de 2014 e do reajuste tarifário extraordinário de fevereiro de 2015 compensado parcialmente pela redução de 1,7% no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia não faturada);
- ii. **Suprimento de Energia Elétrica:** Redução de 56,7% (R\$ 871) basicamente pelas recontabilizações de operações realizadas na CCEE de períodos anteriores;

Comentário do Desempenho

- i. **Outras Receitas Operacionais:** Aumento de 30,2% (R\$ 32.450) decorrente basicamente: (i) Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica - TUSD: aumento de 65,2% (R\$ 41.390) principalmente em função de reajuste no preço médio, (ii) aumento registro de subvenção baixa renda e descontos tarifários com recursos do CDE (R\$ 2.288), compensado parcialmente pela redução em (iii) Outras receitas: 40,2% (R\$ 10.423) devido a contabilização do ressarcimento das geradoras passar a ser registrado no custo de energia (R\$ 13.723 no 1º trimestre de 2014), compensado parcialmente pelo aumento em arrendamentos e aluguéis de postes (R\$ 1.766) e indenizações contratuais (R\$ 1.245).
- ii. **Ativo e passivo financeiro setorial:** Reconhecimento contábil a partir de dezembro de 2014, dos efeitos dos ativos e passivos regulatórios (R\$ 163.001).

➤ Quantidade de Energia Vendida

A quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias foi menor em 1,3%, quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

A classe residencial, que representa 44,4% da quantidade de energia vendida a consumidores cativos, apresentou uma redução de 0,8% no 1º trimestre de 2015 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho deve-se às temperaturas recordes registradas no começo de 2014, elevando assim a base de comparação.

A classe industrial que representa 21,2% da quantidade de energia vendida a consumidores cativos apresentou queda de 4,2%, no 1º trimestre de 2015 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho é consequência direta do fraco resultado da atividade industrial. Alguns fatores explicam o enfraquecimento da atividade industrial como, por exemplo, os estoques elevados e as incertezas políticas e econômicas presentes no país. Outro fator importante é o impacto das férias coletivas em alguns setores nos meses de dezembro e janeiro visando o ajuste dos estoques excessivos, como no caso do setor automotivo.

A classe comercial que representa 23,6% da quantidade de energia vendida a consumidores cativos manteve o mesmo patamar em relação ao 1º trimestre de 2014. As elevadas temperaturas do ano de 2014, também prejudicaram o desempenho desta classe.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 10,8% do mercado total fornecido pela Companhia. Estas classes apresentaram redução de 1,3% no 1º trimestre de 2015 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho deve-se, ao efeito da temperatura abaixo do ano anterior e aos efeitos da crise hídrica na classe serviço público (menos bombeamento de água).

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado como a cobrança da TUSD, houve uma redução de 2,7% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe é uma redução de 0,8% na classe residencial, redução de 5,1% na classe industrial, aumento de 1,1% na classe comercial, aumento de 0,9% na classe rural e redução de 1,8% nas demais classes.

Deduções da Receita Operacional

As Deduções da Receita Operacional no 1º trimestre de 2015 foram de R\$ 550.724, apresentando um aumento de 88,2% (R\$ 258.030) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pelos aumentos: (i) R\$ 120.264 em ICMS, PIS e COFINS, refletindo o aumento na base de cálculo, (ii) R\$ 95.844 na Conta de Desenvolvimento Energético – CDE decorrente da nova quota para o exercício de 2015, (iii) R\$ 38.001 em Outros encargos do consumidor - Bandeira Tarifária (nota 23); e (iv) R\$ 2.697 em Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética.

Comentário do Desempenho

Custo com Energia Elétrica

No 1º trimestre de 2015 o Custo com Energia Elétrica foi de R\$ 734.310, apresentando um acréscimo de 41,6% (R\$ 215.663), em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deve-se basicamente:

- **Energia Comprada para Revenda**

O custo com energia elétrica comprada foi de R\$ 646.031 apresentando aumento de 36,1% (R\$ 171.370), principalmente pelo registro em 2014 do aporte de CCEE (R\$ 352.339), desconsiderando este efeito, no período, o custo reduziria em 18,7% (R\$ 163.502) em função das reduções no volume de energia comprada em 2,2% bem como no preço médio de 16,9% justificada pela redução no preço de liquidação de diferenças ("PLD") compensado com o reajuste dos contratos com fornecedores e aumento do dólar.

- **Encargos do Uso do Sistema de Distribuição**

Os encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição foram de R\$ 88.278, apresentando aumento de 100,7% (R\$ 44.293) impactado principalmente pelos aumentos de: R\$ 29.482 nos encargos de serviço do sistema, R\$ 16.723 nos encargos de rede básica devido ao reajuste tarifário das transmissoras, R\$ 1.651 nos encargos de transporte de Itaipu e de R\$ 4.515 nos créditos de PIS e COFINS.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 146.417 no 1º trimestre de 2015, apresentando um aumento de 0,2% (R\$ 321) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 100.445, redução de 2,3% (R\$ 2.409).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ **Despesas operacionais gerenciáveis**

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 77.490 neste trimestre, uma redução de 3,5% (R\$ 2.845) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- Pessoal:** Aumento de 8,5% (R\$ 2.524) principalmente em função dos efeitos do acordo coletivo de trabalho; e redução na capitalização de custos de pessoal em investimentos de R\$ 423, seguindo nova metodologia estabelecida pela ANEEL;
- Material:** Redução de 15,8% (R\$ 597) principalmente: (i) R\$ 310 em reposição de material para manutenção de linhas e redes; (ii) R\$ 125 em ferramentas e equipamentos de trabalho; (iii) R\$ 79 material para manutenção da frota;
- Serviços de terceiros:** Aumento de 13,4% (R\$ 2.737), principalmente: (i) R\$ 639 manutenção de hardware e software; (ii) R\$ 578 reaviso, corte e religação; (iii) R\$ 394 auditoria e consultoria; (iv) R\$ 369 outros serviços terceirizados; (v) R\$ 339 entrega e cobrança de fatura; (vi) R\$ 290 call center; (vii) R\$ 132 poda de árvore;

Comentário do Desempenho

- iv. **Outras Despesas Operacionais:** Redução de 33,6% (R\$ 8.186) principalmente: (i) R\$ 3.416 de perda na alienação e desativação de ativos não circulante; (ii) R\$ 2.868 em despesas legais e judiciais; (iii) R\$ 2.284 recuperação de despesas; (iv) R\$ 824 na provisão para créditos de devedores duvidosos ("PDD"), compensado parcialmente por (v) R\$ 1.189 referente multas por indicadores que eram classificadas no resultado financeiro, conforme determinação da ANEEL.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou despesa de R\$ 39.305, um aumento de R\$ 25.725 em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Receitas Financeiras:** aumento de 31,6% (R\$ 9.748) devido principalmente: (i) R\$ 6.032 de atualização do ativo financeiro setorial, (ii) R\$ 1.777 atualização de depósitos judiciais e (iii) R\$ 1.742 acréscimos e multas moratórias.
- **Despesas Financeiras:** aumento de 79,9% (R\$ 35.472), devido principalmente: (i) R\$ 18.604 em encargos e atualizações monetárias sobre empréstimos, debêntures e derivativos; (ii) R\$ 15.254 de atualização cambial, e (iii) R\$ 1.543 de atualização monetária de contingências.

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo a contribuição social e imposto de renda apurada neste trimestre foi de R\$ 29.282, aumento de despesa de R\$ 16.149 quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Lucro Líquido e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um lucro líquido de R\$ 48.545, aumento de R\$ 28.924 em relação ao mesmo período do ano anterior.

O EBITDA (Lucro Líquido do Trimestre, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi de R\$ 140.087, aumento de 103,5% (R\$ 71.232) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Ativos e Passivos regulatórios

Os ativos e passivos regulatórios, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), passaram a ser contabilizados a partir de dezembro de 2014. Caso fossem registrados no 1º trimestre de 2014, teríamos impactos positivos de R\$ 49 milhões no EBITDA e de R\$ 35 milhões no Lucro Líquido.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/03/2015	31/12/2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	462.101	312.352
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	568.903	373.723
Tributos a compensar	7	27.532	24.265
Ativo financeiro setorial	8	155.288	115.674
Estoques		2.777	1.661
Outros créditos	11	154.395	146.276
Total do circulante		1.370.996	973.952
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	10.869	12.921
Depósitos judiciais	19	197.932	192.913
Tributos a compensar	7	19.817	20.006
Derivativos	29	207.185	77.947
Ativo financeiro setorial	8	170.449	150.030
Créditos fiscais diferidos	9	117.613	128.378
Ativo financeiro da concessão	10	661.197	589.299
Outros créditos	11	3.883	3.836
Intangível	12	851.199	897.443
Total do não circulante		2.240.144	2.072.773
Total do ativo		3.611.140	3.046.725

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014
 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/03/2015	31/12/2014
Circulante			
Fornecedores	13	444.565	464.529
Encargos de dívidas	14	7.423	8.199
Encargos de debêntures	15	23.035	25.320
Empréstimos e financiamentos	14	52.668	52.642
Debêntures	15	259.979	259.914
Entidade de previdência privada	16	18.864	18.469
Taxas regulamentares	17	92.008	7.015
Impostos, taxas e contribuições	18	139.337	107.582
Obrigações estimadas com pessoal		13.648	11.186
Outras contas a pagar	20	106.849	104.238
Total do circulante		1.158.375	1.059.094
Não circulante			
Encargos de dívidas	14	8.731	7.222
Empréstimos e financiamentos	14	1.289.275	867.386
Debêntures	15	344.017	343.970
Entidade de previdência privada	16	49.728	55.370
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	195.733	201.879
Derivativos	29	1.766	1.301
Adiantamento para futuro aumento de capital	21	15.511	15.511
Outras contas a pagar	20	19.774	15.305
Total do não circulante		1.924.535	1.507.945
Patrimônio líquido			
Capital social	21	156.610	156.610
Reservas de capital		117.708	117.708
Reserva legal		6.220	6.220
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		93.979	87.207
Dividendo		148.518	148.518
Resultado abrangente acumulado		(36.577)	(36.577)
Lucros acumulados		41.773	-
Total do patrimônio líquido		528.230	479.686
Total do passivo e do patrimonio liquido		3.611.140	3.046.725

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014
Receita operacional líquida	23	997.858	711.078
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	24	(734.310)	(518.647)
Custo de operação	25	(47.710)	(45.277)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(46.108)	(43.352)
Lucro operacional bruto		169.731	103.802
Despesas operacionais	25		
Despesas com vendas		(24.383)	(23.903)
Despesas gerais e administrativas		(25.479)	(26.592)
Outras despesas operacionais		(2.736)	(6.972)
Resultado do serviço		117.132	46.335
Resultado financeiro	26		
Receitas financeiras		40.563	30.815
Despesas financeiras		(79.867)	(44.395)
		(39.305)	(13.580)
Lucro antes dos tributos		77.827	32.755
Contribuição social	9	(7.830)	(3.533)
Imposto de renda	9	(21.452)	(9.600)
		(29.282)	(13.134)
Lucro líquido do período		48.545	19.621
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	22	0,88	0,35
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	22	0,96	0,39

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014
 (Em milhares de reais)

	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014
Lucro líquido do período	48.545	19.621
Resultado abrangente do período	48.545	19.621

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2015
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	156.610	117.708	6.220	87.207	148.518	(36.577)	-	479.686
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	48.545	48.545
Mutações internas do patrimônio líquido								
Movimentação de reserva estatutária no período	-	-	-	6.772	-	-	(6.772)	-
Saldos em 31 de março de 2015	156.610	117.708	6.220	93.979	148.518	(36.577)	41.773	528.230

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total	
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão				
Saldos em 31 de dezembro de 2013	99.900	124.418	6.220	2.439	75.120	90.735	(14.224)	-	384.609
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	19.621	19.621	
Mutações internas do patrimônio líquido									
Movimentação de reserva estatutária no período	-	-	-	-	6.775	-	(6.775)	-	
Saldos em 31 de março de 2014	99.900	124.418	6.220	2.439	81.896	90.735	(14.224)	12.846	404.230

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014
 (Em milhares de reais)

	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014
Lucro antes dos tributos	77.827	32.755
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	22.956	22.520
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	3.226	6.446
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.538	6.361
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	38.234	26.662
Despesa (receita) com plano de pensão	2.672	1.995
Perda (ganho) na baixa de não circulante	2.742	3.966
PIS e COFINS diferidos	1.620	(3.405)
	154.815	97.300
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(199.980)	(55.970)
Tributos a compensar	(3.078)	431
Depósitos judiciais	(231)	(1.828)
Ativo financeiro setorial	(54.002)	-
Contas a receber - aporte CDE/CCEE	(4.276)	(295.846)
Outros ativos operacionais	(9.084)	(11.513)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(19.964)	174.957
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(7.919)	(7.121)
Outros tributos e contribuições sociais	28.085	22.538
Taxas regulamentares	84.993	3.323
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(14.589)	(13.206)
Outros passivos operacionais	9.541	10.472
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	(35.689)	(76.463)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(17.792)	(13.530)
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(29.730)	(27.358)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(83.211)	(117.351)
Atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	(747)	(167)
Venda de ativo não circulante	7.468	2.198
Adições de intangível	(41.118)	(38.412)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(34.397)	(36.381)
Atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e debêntures	466.728	281.567
Amortização de principal de empréstimos, debêntures e derivativos	(199.371)	(31.693)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	267.357	249.874
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	149.749	96.142
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	312.352	351.907
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	462.101	448.049

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014
 (Em milhares de reais)

	1º trimestre de 2015	1º trimestre de 2014
1 - Receita	1.543.045	997.409
1.1 Receita de venda de energia e serviços	1.502.611	960.529
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	45.972	43.242
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.538)	(6.361)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(906.911)	(668.379)
2.1 Custo com energia elétrica	(818.790)	(580.999)
2.2 Material	(26.700)	(33.098)
2.3 Serviços de terceiros	(42.789)	(31.598)
2.4 Outros	(18.631)	(22.685)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	636.134	329.030
4 - Retenções	(22.963)	(22.520)
4.1 Amortização	(22.963)	(22.520)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	613.171	306.510
6 - Valor adicionado recebido em transferência	40.563	30.815
6.1 Receitas financeiras	40.563	30.815
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	653.733	337.326
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	31.289	28.903
8.1.1 Remuneração direta	19.152	18.078
8.1.2 Benefícios	10.367	9.237
8.1.3 F.G.T.S	1.770	1.588
8.2 Impostos, taxas e contribuições	493.507	243.897
8.2.1 Federais	244.608	62.279
8.2.2 Estaduais	248.304	181.162
8.2.3 Municipais	595	456
8.3 Remuneração de capital de terceiros	80.393	44.904
8.3.1 Juros	79.514	44.263
8.3.2 Aluguéis	879	641
8.4 Remuneração de capital próprio	48.545	19.621
8.4.1 Lucros retidos	48.545	19.621
	653.733	337.326

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - Km 2,5, CEP 13088-140 – Parque São Quirino - Campinas – São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 22 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 1,6 milhão de consumidores (informações não revisadas pelos auditores independentes). Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) (em especial o CPC 21(R1) – Demonstrações Intermediárias), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

A autorização para a conclusão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 30 de abril de 2015.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Notas Explicativas

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial;
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos;
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão;
- Nota 11 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa);
- Nota 12 – Intangível e redução ao valor recuperável;
- Nota 16 – Entidade de previdência privada;
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais;
- Nota 23 – Receita operacional líquida;
- Nota 24 – Custo com energia elétrica; e
- Nota 29 – Instrumentos financeiros.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.14, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou

Notas Explicativas

para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos foram valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&F BOVESPA S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda referem-se ao direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão. A metodologia adotada para valorização a mercado destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada quatro anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, estabeleceu que, para aquelas concessões cujo prazo vence até 2017, o cálculo do valor da indenização no momento da reversão dos ativos utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios a serem estabelecidos em regulamento do poder concedente. Para as demais concessões que se encerram após 2017, a Administração da Companhia acredita que a indenização será avaliada tendo como base, no mínimo, o modelo de valorização dos ativos utilizando a metodologia do valor novo de reposição, de forma similar à estabelecida pela Lei nº 12.783/2013.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IGP-M como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subsequentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldos bancários	36.571	8.327
Aplicações financeiras	<u>425.530</u>	<u>304.025</u>
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	1.374	19.945
Fundos de investimento (b)	<u>424.156</u>	<u>284.080</u>
Total	<u>462.101</u>	<u>312.352</u>

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de uma aplicação em operações compromissadas com lastro em debêntures e remuneração de 20% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

b) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 101% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

Notas Explicativas**(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS**

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/03/2015	31/12/2014
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	108.968	82.025	13.733	204.726	111.328
Industrial	38.297	15.507	9.452	63.256	37.565
Comercial	47.486	14.604	2.475	64.565	32.523
Rural	1.795	471	50	2.316	1.564
Poder público	9.881	1.193	33	11.107	8.737
Iluminação pública	10.005	940	38	10.983	7.853
Serviço público	9.524	751	3	10.278	8.324
Faturado	225.956	115.491	25.784	367.230	207.893
Não faturado	210.890	-	-	210.889	159.594
Parcelamento de débito de consumidores	10.215	2.164	5.720	18.099	19.464
Operações realizadas na CCEE	37	-	-	37	13.848
Concessionárias e permissionárias	2.402	-	-	2.402	1.969
	449.500	117.655	31.504	598.657	402.768
Provisão para crédito de liquidação duvidosa				(29.754)	(29.045)
Total				568.903	373.723
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	4.784	-	-	4.784	5.590
Operações realizadas na CCEE	8.208	-	-	8.208	8.208
	12.992	-	-	12.992	13.798
Provisão para crédito de liquidação duvidosa				(2.123)	(878)
Total				10.869	12.921

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2014	(29.923)	(3.294)	(33.217)
Provisão revertida (constituída)	(8.079)	1.313	(6.766)
Recuperação de receita	1.228	-	1.228
Baixa de contas a receber provisionadas	4.897	-	4.897
Saldo em 31/03/2015	(31.877)	(1.980)	(33.858)
Circulante	(29.754)	(1.980)	(31.735)
Não circulante	(2.123)	-	(2.123)

Notas Explicativas**(7) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	31/03/2015	31/12/2014
Circulante		
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	517
Imposto de renda e contribuição social a compensar	5.872	4.981
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	6.594	5.128
ICMS a compensar	12.878	11.906
Programa de integração social - PIS	402	325
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.752	1.392
Outros	34	15
Total	27.532	24.265
Não circulante		
ICMS a compensar	19.817	20.006
Total	19.817	20.006

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2014	Receita operacional		Resultado financeiro	Recebimento		Saldo em 31/03/2015
		Constituição	Realização	Atualização monetária	via bandeira tarifária (nota 23.4)	via aporte CCEE	
Parcela "A"							
CVA (*)							
CDE (**)	23.884	22.894	(5.651)	796	-	-	41.923
Custos energia elétrica	350.047	52.233	(63.404)	7.966	(32.434)	(18.189)	296.218
ESS e EER (***)	(120.629)	21.430	15.917	(3.083)	-	-	(86.366)
Proinfa	5.404	(1.637)	(1.798)	147	-	-	2.117
Rede básica	22.979	1.937	(3.499)	721	-	-	22.138
Repasse de Itaipu	(72.392)	45.519	16.018	(1.580)	-	-	(12.435)
Transporte de Itaipu	644	1.543	(60)	19	-	-	2.146
Neutralidade dos encargos setoriais	(3.033)	(336)	885	(64)	-	-	(2.548)
Sobrecontratação	148.283	44.531	(7.208)	1.173	-	(58.376)	128.402
Outros componentes financeiros	(89.483)	1.280	22.408	(62)	-	-	(65.858)
Total	265.704	189.394	(26.393)	6.032	(32.434)	(76.565)	325.737
Ativo circulante	115.674						155.288
Ativo não circulante	150.030						170.449

(*) Conta de compensação de valores da parcela A

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Recebimento via aporte de CCEE - A ANEEL divulgou o despacho nº 773 de 27 de março de 2015 que fixou os valores dos recursos da conta ACR repassados a Companhia referente às competências de novembro e dezembro de 2014.

Notas Explicativas**(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS****9.1 - Composição dos créditos fiscais:**

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Crédito de contribuição social</u>		
Benefício fiscal do ágio incorporado	14.340	14.691
Diferenças temporariamente indedutíveis	<u>13.630</u>	<u>15.721</u>
Subtotal	27.970	30.412
<u>Crédito de imposto de renda</u>		
Benefício fiscal do ágio incorporado	49.212	50.417
Diferenças temporariamente indedutíveis	<u>36.864</u>	<u>42.363</u>
Subtotal	86.076	92.780
<u>Crédito de PIS e COFINS</u>		
Diferenças temporariamente indedutíveis	3.566	5.186
Total	<u>117.613</u>	<u>128.378</u>

9.2 – Benefício fiscal do ágio incorporado:

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos ágios incorporados que os originaram, conforme o lucro líquido projetado da Companhia, durante o prazo remanescente da concessão. No primeiro trimestre de 2015, a taxa anual de amortização aplicada foi de 4,03% (4,18% no primeiro trimestre de 2014).

9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	<u>31/03/2015</u>			<u>31/12/2014</u>		
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
Diferenças temporariamente indedutíveis						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	6.524	18.122	-	7.405	20.571	-
Entidade de previdência privada	1.935	5.375	-	1.900	5.277	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.047	8.464	-	2.989	8.304	-
Provisão energia livre	1.357	3.768	-	1.319	3.665	-
Programas de P&D e eficiência energética	2.380	6.612	-	1.985	5.513	-
Provisão relacionada a pessoal	766	2.127	-	595	1.652	-
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	(1.490)	(4.138)	-	(1.517)	(4.214)	-
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(12.815)	(35.598)	-	(11.892)	(33.033)	-
Revisão tarifária - rito provisório	3.059	8.497	3.566	4.579	12.720	5.186
Perdas atuariais (CPC)	8.529	23.691	-	8.529	23.691	-
Instrumentos financeiros (CPC)	(27)	(76)	-	(581)	(1.614)	-
Outros	366	20	-	410	(169)	-
Total	<u>13.630</u>	<u>36.864</u>	<u>3.566</u>	<u>15.721</u>	<u>42.363</u>	<u>5.186</u>

Notas Explicativas

9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014:

	1º Trimestre 2015		1º Trimestre 2014	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	77.827	77.827	32.755	32.755
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(86)	(86)	(123)	(123)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	8.358	8.358	6.280	6.280
Outras adições/(exclusões) permanentes líquidas	904	(291)	349	(511)
Base de cálculo	87.003	85.808	39.261	38.401
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	(7.830)	(21.452)	(3.533)	(9.600)
Corrente	(5.388)	(14.748)	(5.825)	(15.729)
Diferido	(2.442)	(6.704)	2.292	6.129

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

Com relação às disposições trazidas pela Lei nº 12.973/2014, a qual trouxe mudanças relacionadas aos tributos IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, cuja vigência inicia-se em 1 de janeiro de 2015, A Companhia não optou pela adoção antecipada da mesma e para o ano de 2014, continua sujeita ao “Regime Tributário de Transição – RTT”, instituído pela Lei nº 11.941/2009.

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2014	589.299
Adições	60.760
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	10.775
Baixas	363
Saldo em 31/03/2015	661.197

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor novo de reposição (“VNR”) é registrada como contrapartida na conta de receita financeira, no resultado do período.

Notas Explicativas**(11) OUTROS CRÉDITOS**

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Adiantamentos - Fundação CESP	1.339	2.133	-	-
Adiantamento - fornecedores	582	596	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	709	541	3.158	2.487
Ordens em curso	45.631	46.023	-	-
Serviços prestados a terceiros	1.398	2.950	-	-
Convênios de arrecadação	10.253	9.044	-	-
Despesas antecipadas	10.377	8.605	-	-
Contas a receber Aporte CDE	57.226	52.950	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(1.980)	(3.294)	-	-
Adiantamento a funcionários	4.294	1.979	-	-
Arrendamentos e aluguéis de postes	3.536	3.600	-	-
Faturas diversas	16.427	18.102	-	-
Outros	4.602	3.048	725	1.348
Total	154.395	146.276	3.883	3.836

Contas a receber – Aporte CDE – Referem-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 1.830 (R\$ 1.948 em 31 de dezembro de 2014) (nota 23); (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 55.396 (R\$ 51.002 em 31 de dezembro de 2014) (nota 23).

(12) INTANGÍVEL

	Direito de concessão			Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31/12/2014	833.099	64.344	-	897.443
Custo histórico	1.887.840	64.344	239	1.952.422
Amortização acumulada	(1.054.741)	-	(239)	(1.054.980)
Adições	-	41.815	-	41.815
Amortização	(22.956)	-	-	(22.956)
Transferência - intangíveis	57.691	(57.691)	-	-
Transferência - ativo financeiro	-	(60.760)	-	(60.760)
Baixa e transferência - outros ativos	(4.343)	-	-	(4.343)
Saldo em 31/03/2015	863.491	(12.292)	-	851.199
Custo histórico	1.917.941	(12.292)	239	1.905.887
Amortização acumulada	(1.054.449)	-	(239)	(1.054.688)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição (nota 25) estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia são capitalizados para os ativos intangíveis qualificáveis. Para mais detalhes sobre montantes capitalizados e taxa de juros adotados (nota 26).

(13) FORNECEDORES

	31/03/2015	31/12/2014
Encargos de serviço do sistema	30.293	-
Suprimento de energia elétrica	329.352	376.555
Encargos de uso da rede elétrica	27.564	22.394
Materiais e serviços	29.239	38.235
Energia livre	28.116	27.344
Total	444.565	464.529

Notas Explicativas

(14) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Remuneração a.a.	Condições de amortização	Garantias	Encargos - circulante e não circulante	31/03/2015		31/12/2014		
					Principal		Principal		
					Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
BNDES									
FINEM IV	TJLP + 2,12% a 3,3% (a)	72 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	168	18.040	33.074	183	18.040	37.584
FINEM IV	Pré fixado 5,5% a 8,0% (b)	114 parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	58	4.479	20.525	65	4.479	21.645
FINEM V	TJLP + 2,06% a 3,08% (c)	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	220	14.301	53.629	232	14.301	57.204
FINEM V	Pré fixado 2,5% (d)	114 parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	57	7.260	48.401	63	7.260	50.216
FINEM VI	TJLP + 2,12% a 2,66% (e)	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	52	-	62.111	-	-	-
FINEM VI	Pré fixado 6,0% (f)	96 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	19	-	29.185	-	-	-
FINEM VI	SELIC + 2,62% a 2,66% (g)	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	6	-	30.480	-	-	-
FINAME	Pré fixado 4,5%	96 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia	35	4.000	15.000	39	4.000	16.000
Instituições financeiras									
Banco do Brasil-capital de giro	98,5% do CDI (h)	4 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia	2.446	4.525	-	2.259	4.525	-
Banco do Brasil-capital de giro	104,9% do CDI (i)	2 parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia	8.731	-	44.000	7.222	-	44.000
Outros									
ELETRORÁBS	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de agosto de 2006	Recebíveis e notas promissórias	-	151	50	-	151	88
Outros				724	-	251	709	-	248
Total moeda nacional - mensuradas ao custo				12.516	52.756	336.706	10.772	52.756	226.985
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Instituições financeiras									
Citibank	US\$ + Libor 6 meses + 1,69% (1)	Parcela única em agosto de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	151	-	21.249
Scotiabank	US\$ + 3,3125% (2)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	736	-	102.528	1.307	-	83.536
Santander	US\$ + 2,58% (3)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	922	-	146.095	1.553	-	119.032
Citibank	US\$ + Libor 6 meses + 1,14% (4)	Parcela única em janeiro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	1.037	-	166.013
Citibank	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (5)	Parcela única em março de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	190	-	163.005	152	-	132.810
Sumitomo Mitsui	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (6) (j)	Parcela única em abril de 2016	Aval da CPFL Energia e Nota Promissória	545	-	163.005	449	-	132.810
BNP Paribas	EURO + 1,6350% (7)	Parcela única em janeiro de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	680	-	194.457	-	-	-
Citibank	USD + Libor 3 meses + 1,41% (8)	02 Parcelas anuais a partir de janeiro de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	565	-	203.756	-	-	-
Marcação a mercado				-	-	(18.223)	-	-	(13.451)
Total moeda estrangeira - mensuradas ao valor justo				3.638	-	954.623	4.649	-	641.999
Gastos com captação (*)				-	(88)	(2.054)	-	(114)	(1.598)
Total				16.154	52.668	1.289.275	15.421	52.642	867.386

Swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação da taxa de juros em reais, correspondendo a:

(1) 103,5% do CDI a.a. (2) 104,9% do CDI a.a. (3) 105,8% do CDI a.a. (4) 102,25% do CDI a.a. (5) 109,5% do CDI a.a. (6) 105,7% e 105,9% do CDI a.a. (7) 103,6% do CDI a.a. (8) 108,6% do CDI a.a.

(a) taxa efetiva 60,7% a 68,82% do CDI
(b) taxa efetiva 45,68% a 65,91% do CDI
(c) taxa efetiva 88,55% a 100,53% do CDI
(d) taxa efetiva 30,35% a 30,65% do CDI
(e) taxa efetiva 68,69% a 72,65% do CDI
(f) taxa efetiva 48,39% do CDI
(g) taxa efetiva 122,33% do CDI
(h) taxa efetiva 106,75% do CDI
(i) taxa efetiva 109,47% do CDI
(j) taxa efetiva 107,3% do CDI

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia, em consonância com os CPC's 38 e 39, classificou suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado) e (ii) outros passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de março de 2015, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 958.261 (R\$ 646.648 em 31 de dezembro de 2014).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 31 de março de 2015, os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 18.223 (R\$ 13.451 em 31 de dezembro de 2014), reduzidos das perdas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de

Notas Explicativas

R\$ 16.209 (R\$ 5.703 em 31 de dezembro de 2014), contratados para proteção da variação cambial (nota 29), geraram um ganho total líquido de R\$ 2.014 (ganho de R\$ 7.748 em 31 de dezembro de 2014).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

A partir de 01/04/2016	313.467
2017	96.624
2018	443.039
2019	312.387
2020	117.340
2021 a 2024	24.640
Subtotal	1.307.498
Marcação a mercado	(18.223)
Total	1.289.275

Adições no período:

Moeda nacional:

FINEM VI – A Companhia obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2014, no montante de R\$ 194.862, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, visando financiar os investimentos em redes elétricas, previstos para os anos de 2014 e 2015. No primeiro trimestre de 2015 houve liberações de R\$ 121.747 (R\$ 121.177 líquidos dos gastos de captação) e o saldo remanescente de R\$ 73.115 deverá ser utilizado março de 2016.

Moeda estrangeira:

No primeiro trimestre de 2015, a Companhia através de Lei nº 4.131/1962, efetuou as seguintes captações nos montantes de: (i) Citibank - R\$ 169.837 com juros que serão pagos trimestralmente e (ii) BNP Paribas – R\$ 175.714 com juros que serão pagos semestralmente. Os recursos captados pelas dívidas acima foram destinados para alongamento do perfil da dívida e reforço de capital de giro.

Condições restritivas

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia e sua controladora CPFL Energia mantenham determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Para os empréstimos contratados em 2015, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

BNDES - FINEM VI

- Dívida onerosa líquida dividida pelo EBITDA - valor máximo de 3,5;
- Dívida onerosa líquida dividida pela soma da dívida onerosa líquida e o Patrimônio Líquido - valor máximo 0,90.

Moeda estrangeira – Lei. N° 4.131 (BNP Paribas e Citibank)

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Notas Explicativas

Os detalhes das condições restritivas para as demais dívidas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente.

(15) DEBÊNTURES E ENCARGOS DE DEBÊNTURES

	Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	31/03/2015				31/12/2014			
						Encargos	Circulante	Não circulante	Total	Encargos	Circulante	Não circulante	Total
3ª Emissão													
Série única	260	107,0% do CDI	107,0% CDI + 0,67%	Parcela única em abril 2015	Fiança da CPFL Energia	15.612	260.000	-	275.612	7.571	260.000	-	267.571
6ª Emissão													
Série única	110	CDI + 0,8% (1)	CDI + 0,91%	03 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL Energia	3.199	-	110.000	113.199	6.446	-	110.000	116.446
7ª Emissão													
Série única	23.500	CDI + 0,83% (1)	CDI + 0,89%	04 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia	4.223	-	235.000	239.223	11.304	-	235.000	246.304
Gastos com emissão (*)						-	(21)	(983)	(1.004)	-	(86)	(1.030)	(1.116)
Total						23.035	259.979	344.017	627.031	25.320	259.914	343.970	629.204

(1) A Companhia possui swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a 107,85% a 107,88% do CDI.

Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo:

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

O saldo de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2017	32.780
2018	91.267
2019	102.596
2020	58.642
2021	58.732
Total	344.017

Condições restritivas

Os detalhes das condições restritivas para as debêntures estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente.

(16) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia, através da Fundação CESP, mantém um Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensões para seus empregados.

16.1 – Características

A Companhia, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da Companhia), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos.

Notas Explicativas

Em 02 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar - "SPC", aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um "Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado - BSPS", e um "Plano de Benefícios Misto", com as seguintes características:

- Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício salgado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado ("BSPS") na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 - plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a Companhia e os participantes.
- Plano de Contribuição Variável - implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente, para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

16.2 – Movimentações dos planos de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo atuarial líquido conforme CPC 33 (R1) são as seguintes:

	<u>31/03/2015</u>
Passivo atuarial líquido em 31/12/2014	73.383
Despesas / (receita) reconhecidas na demonstração do resultado	2.672
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(7.944)
Passivo atuarial líquido em 31/03/2015	68.111
Outras contribuições	481
Total	<u>68.592</u>
Circulante	18.864
Não circulante	49.728

As despesas reconhecidas como custo da operação estabelecidas no laudo atuarial estão demonstradas abaixo:

	<u>1º Trimestre 2015</u>	<u>1º Trimestre 2014</u>
Custo do serviço	970	984
Juros sobre obrigações atuariais	27.333	26.023
Rendimento esperado dos ativos do plano	(25.631)	(25.012)
Total da despesa/(receita)	<u>2.672</u>	<u>1.995</u>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial foram aquelas consideradas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e 2013, conforme segue:

Notas Explicativas

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	11,46% a.a.	11,72% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	11,46% a.a.	11,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	8,15% a.a.	7,10% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	0,0% a .a.	0,0% a .a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	TÁBUA MERCER
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012*	0,3 / (Tempo de Serviço + 1)
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano

* Experiência FUNCESP, com agravamento uniforme de 15% entre as idade de 30 e 40 anos, sendo nula a partir dos 45 anos.

(17) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL ("TFSEE")	363	363
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 23.5)	87.622	6.652
Outros encargos do consumidor (nota 23)	4.022	-
Total	<u>92.008</u>	<u>7.015</u>

Conta de desenvolvimento energético – CDE – Referem-se: (i) a quota anual de CDE para o exercício de 2015 no montante de R\$ 78.525 (R\$ 6.652 em 31 de dezembro de 2014) e (ii) quota destinada a devolução do aporte de CDE do período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 no montante de R\$ 9.097.

Outros encargos do consumidor – Refere-se ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT").

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	103.737	86.797
Programa de integração social - PIS	5.103	2.877
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	23.504	13.250
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	2.239	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	945	674
Outros	3.809	3.984
Total	<u>139.337</u>	<u>107.582</u>

Notas Explicativas**(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	31/03/2015		31/12/2014	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas				
Diversos	23.530	15.470	25.425	14.221
Cíveis				
Diversos	44.433	46.405	44.746	46.259
Fiscais				
Imposto de renda	123.721	129.854	120.054	126.126
Outras	1.310	6.183	1.316	6.306
	<u>125.031</u>	<u>136.037</u>	<u>121.370</u>	<u>132.433</u>
Outros	2.739	19	10.338	-
Total	<u><u>195.733</u></u>	<u><u>197.932</u></u>	<u><u>201.879</u></u>	<u><u>192.913</u></u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/03/2015
Trabalhistas	25.425	3.060	(3.281)	(2.372)	697	23.530
Cíveis	44.746	2.787	(1.327)	(4.543)	2.770	44.433
Fiscais	121.370	1.349	(2)	(7)	2.322	125.031
Outros	10.338	-	-	(7.667)	68	2.739
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	<u>201.879</u>	<u>7.197</u>	<u>(4.611)</u>	<u>(14.589)</u>	<u>5.857</u>	<u>195.733</u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Perdas possíveis - A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de março de 2015, estavam assim representadas: (i) trabalhistas de R\$ 64.990 (R\$ 66.075 em 31 de dezembro de 2014) representadas basicamente por acidentes de trabalho, adicional de periculosidade, horas extras, dentre outros, (ii) cíveis de R\$ 38.169 (R\$ 37.236 em 31 de dezembro de 2014), representadas basicamente por danos pessoais e majoração tarifária e (iii) fiscais de R\$ 309.684 (R\$ 289.880 em 31 de dezembro 2014), relacionadas basicamente a INSS, ICMS, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Consumidores e concessionárias	6.074	6.366	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	54.455	51.051	802	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	12.964	16.516	4.452	785
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	547	377	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	274	189	-	-
Fundo de reversão	-	-	13.987	13.987
Adiantamentos	391	399	-	-
Descontos tarifários - CDE	1.256	1.785	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	729	729	-	-
Encargos de capacidade emergencial e aquisição de energia emergencial - ECE/EAEE	27	27	-	-
Folha de pagamento	2.583	2.511	-	-
Participação nos lucros	8.623	7.061	533	533
Convênios de arrecadação (nota 11)	16.718	14.927	-	-
Outros	2.209	2.301	-	-
Total	106.849	104.238	19.774	15.305

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio da Companhia em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro 2014 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
CPFL Energia S/A	29.548.491.328	23.532.767.571	53.081.258.899	100,00
Total	29.548.491.328	23.532.767.571	53.081.258.899	100,00

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

(22) LUCRO POR AÇÃO

22.1 - Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014 foi baseado no lucro líquido do período e o número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados, conforme demonstrado:

	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	48.545	19.621
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	29.548.491	29.498.491
Ações em poder dos acionistas - ações preferenciais (mil)	23.532.768	23.532.768
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	0,88	0,35
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	0,96	0,39

Nos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores (*)		GWh (*)		R\$ mil	
	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	1.525.444	1.479.161	1.122	1.131	568.198	412.336
Industrial	6.653	6.720	536	559	242.438	175.458
Comercial	80.539	80.363	596	595	278.224	197.814
Rural	6.930	6.912	28	28	8.756	6.129
Poderes públicos	8.202	7.835	60	59	26.973	19.042
Iluminação pública	1.907	1.818	79	79	23.573	16.428
Serviço público	1.114	1.078	74	79	28.202	20.732
(-) Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	-	-	-	-	(6.088)	(4.816)
Fornecimento faturado	1.630.789	1.583.887	2.495	2.529	1.170.275	843.123
Consumo próprio	131	115	1	1	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	28.896	8.547
Reclassificação da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(371.632)	(289.668)
Fornecimento de energia elétrica	1.630.920	1.584.002	2.496	2.530	827.540	562.003
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			30	30	3.550	3.032
Energia elétrica de curto prazo			(6)	(4)	(2.886)	(1.496)
Suprimento de energia elétrica			24	26	665	1.536
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					371.632	289.668
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					104.900	63.510
(-) Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos					(2.270)	(1.464)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					45.972	43.242
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)					163.001	-
Aporte CDE					21.620	19.332
Outras receitas e rendas					15.523	25.946
Outras receitas operacionais					720.378	440.233
Total da receita operacional bruta					1.548.582	1.003.771
Deduções da receita operacional						
ICMS					(248.214)	(180.908)
PIS					(24.257)	(14.810)
COFINS					(111.728)	(68.217)
ISS					(18)	(17)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(109.154)	(13.310)
Programa de P & D e eficiência energética					(9.519)	(6.821)
PROINFRA					(8.743)	(8.610)
Outros encargos do consumidor					(38.001)	-
Taxa de fiscalização					(1.090)	-
					(550.724)	(292.694)
Receita operacional líquida					997.858	711.078

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

23.2 - Revisão Tarifária Periódica ("RTP"), Reajuste Tarifário Anual ("RTA") e Revisão Tarifária Extraordinária ("RTE")

A ANEEL aprovou, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, o resultado da Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, com o objetivo de reestabelecer a cobertura tarifária das distribuidoras de energia elétrica frente ao significativo aumento da quota CDE de 2015 e do custo de compra de energia (tarifa e variação cambial de Itaipu e de leilões de energia existente e ajuste). O efeito médio percebido pelo consumidor da área de concessão da Companhia é de: 40,49% no grupo A, 21,47% no grupo B, total de 29,78%. As tarifas resultantes desta RTE estão vigentes a partir de 2 de março de 2015 até a data do próximo evento ordinário da Companhia. Este evento tarifário foi aprovado sem prejuízo da realização do Reajuste Tarifário Anual – RTA em 2015, conforme previsto no contrato de concessão da Companhia.

Em 23 de outubro de 2014, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.810, que fixou o reajuste das tarifas da Companhia a partir de 23 de outubro de 2014, na média, em 19,73%, sendo 15,81% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 3,92% relativos aos componentes financeiros pertinentes. A percepção do consumidor, em média, é de 22,43% de aumento nas tarifas. Adicionalmente a ANEEL através do despacho nº 4.073 de 7 de outubro de 2014, alterou o índice de reajuste tarifário de 2013 de 7,42% para 7,58%, em atendimento ao recurso administrativo interposto pela Companhia. O efeito financeiro esta contemplado no presente reajuste de 2014.

Notas Explicativas

Em 22 de outubro de 2013, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.638, que fixou o reajuste das tarifas da CPFL Piratininga a partir de 23 de outubro de 2013, na média, em 7,42%, sendo 9,69% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e -2,27% relativos aos componentes financeiros pertinentes. A percepção do consumidor cativo, em média, é de 6,91% de aumento nas tarifas.

23.3 – Aporte CDE

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE.

No primeiro trimestre de 2015, foi registrada receita de R\$ 21.620 (R\$ 19.332 no primeiro trimestre de 2014), sendo: (i) R\$ 1.857 (R\$ 1.776 no primeiro trimestre de 2014) referentes à subvenção baixa renda e (ii) R\$ 19.763 (R\$ 17.556 no primeiro trimestre de 2014) referentes a outros descontos tarifários.

23.4 - Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias foi criado por meio da Resolução Normativa nº 547/2013, com vigência a partir de 1 de janeiro de 2015. Tal mecanismo pode refletir o custo real das condições de geração de energia elétrica no país, principalmente relacionado à geração térmica, ESS de segurança energética, risco hidrológico e exposição involuntária das distribuidoras de energia elétrica. A bandeira verde indica condições favoráveis e a tarifa não sofre acréscimo. A bandeira amarela indica condições menos favoráveis e a bandeira vermelha é acionada em condições mais custosas, tendo acréscimo na tarifa de R\$ 1,50 e R\$ 3,00 (sem efeitos tributários), respectivamente, para cada 100 kWh consumidos. Em 2 de março de 2015, tais valores foram reajustados por meio da Resolução Homologatória nº 1.859/15, válidos a partir de 1 de março de 2015, para R\$ 2,50 e R\$ 5,50, respectivamente.

Adicionalmente, foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, sob administração da CCEE, sendo que o valor líquido entre as despesas cobertas pelo mecanismo de bandeiras e a receita faturada pelas distribuidoras, líquida de tributos, será revertido a essa conta e vice-versa. No primeiro trimestre de 2015 o montante de R\$ 38.001 foi registrado como encargos do consumidor em contrapartida a taxas regulamentares (nota 17).

23.5 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução homologatória nº 1.857, de 27 de fevereiro de 2015, estabeleceu as quotas anuais definitivas de CDE para o exercício de 2015. Estão incluídas nestas quotas parte da devolução dos aportes CDE repassados às concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 (nota 24), que deverão ser liquidadas em cinco anos.

Notas Explicativas

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh (*)		R\$ mil	
	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	569	579	136.196	77.458
Energia de curto prazo	211	528	88.665	343.036
PROINFA	55	52	14.192	15.975
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	2.033	1.771	472.827	438.913
Aporte CDE/CCEE	-	-	-	(352.339)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(65.849)	(48.381)
Subtotal	2.867	2.930	646.031	474.661
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			49.401	32.678
Encargos de transporte de itaipu			3.586	1.935
Encargos de conexão			3.125	2.597
Encargos de uso do sistema de distribuição			3.116	2.695
Encargos de serviço do sistema - ESS			38.049	8.566
Aporte CDE			-	(2)
Crédito de PIS e COFINS			(8.998)	(4.483)
Subtotal			88.278	43.985
Total			734.310	518.647

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Aporte CDE/CCEE – Lei nº 12.783/2013, Decretos nº 7.945/13, 8.203/14, 8.221/14, e despacho nº 3.998/14

Conforme descrito na nota 24 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, a Lei 12.783/2013, o Decreto 7.945/13 alterado pelo Decreto nº 8.203/14 e posterior Decreto 8.221/2014, promoveram algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, e também instituíram (i) o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição de custos relacionados a: risco hidrológico, exposição involuntária, ESS – Segurança Energética e CVA ESS e Energia para o período de 2013 e janeiro de 2014, e (ii) o repasse através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE às concessionárias de distribuição de custos relacionados a: exposição involuntária e despacho das usinas termelétricas para o período de fevereiro a dezembro de 2014. Em complemento, o Despacho nº 3.998 de 30 de setembro de 2014, incluiu o risco hidrológico das cotas de energia renovada como exposição involuntária, a partir de julho de 2014.

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Despesa operacional				Total	
	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014
Pessoal	19.804	18.931	-	-	4.816	4.028	7.715	6.852	-	-	32.335	29.811
Entidade de previdência privada	2.672	1.995	-	-	-	-	-	-	-	-	2.672	1.995
Material	2.805	3.386	55	46	88	77	242	278	-	-	3.190	3.787
Serviços de terceiros	3.966	3.553	82	65	8.277	7.991	10.815	8.793	-	-	23.140	20.403
Amortização	17.195	17.093	-	-	1.998	2.025	3.764	3.402	-	-	22.956	22.520
Custos com construção da infraestrutura	-	-	45.972	43.242	-	-	-	-	-	-	45.972	43.242
Outros	1.268	320	(1)	(1)	9.205	9.782	2.944	7.266	2.736	6.972	16.153	24.339
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	3.180	3.087	-	-	-	-	3.180	3.087
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	5.538	6.361	-	-	-	-	5.538	6.361
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	879	636	-	-	879	636
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	1	500	301	-	-	500	302
Legais, judiciais, indenizações e multas	-	-	-	-	-	-	2.374	5.253	-	-	2.374	5.253
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	411	251	114	110	-	-	525	362
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	814	-	814
Perda/(Ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	2.742	5.062	2.742	5.062
Outros	1.268	320	(1)	(1)	77	82	(924)	966	(5)	1.096	416	2.462
Total	47.710	45.277	46.108	43.352	24.383	23.903	25.479	26.592	2.736	6.972	146.417	146.096

Notas Explicativas**(26) RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>1º Trimestre 2015</u>	<u>1º Trimestre 2014</u>
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	7.747	7.312
Acréscimos e multas moratórias	8.582	6.840
Atualização de créditos fiscais	97	29
Atualização de depósitos judiciais	3.462	1.686
Atualizações monetárias e cambiais	1.529	2.284
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa (nota 10)	10.775	10.511
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	230	1.180
Atualização do ativo financeiro setorial	6.032	-
Outros	2.109	974
Total	40.563	30.815
Despesas		
Encargos de dívidas	(28.547)	(23.591)
Atualizações monetárias e cambiais	(47.611)	(16.918)
(-) Juros capitalizados	697	442
Outros	(4.406)	(4.328)
Total	(79.867)	(44.395)
Resultado Financeiro	(39.305)	(13.580)

Os juros são capitalizados a uma taxa média de 7,5% a.a. sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

No primeiro trimestre de 2015, a rubrica de despesas de atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 132.897 (perda líquida de R\$ 23.138 no primeiro trimestre de 2014) (nota 29).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador a CPFL Energia, que tem como acionistas controladores as seguintes Companhias:

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pelo grupo Camargo Corrêa, que atua em segmentos diversificados como construção, cimento, calçados, têxtil, alumínio e concessão de rodovias, entre outros.

- Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações

Companhia controlada pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV.

- Bonaire Participações S.A.

Companhia controlada pela Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações.

- BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações.

Fundo controlado pela PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

Notas Explicativas

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Saldo bancário e aplicação financeira** - Referem-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil, conforme descrito na nota 5. Adicionalmente, a Companhia possui Fundos de Investimentos Exclusivos, sendo um dos administradores o BB DTVM.
- b) **Empréstimos e financiamentos** - Correspondem às captações de recursos junto ao Banco do Brasil, conforme condições descritas na nota 14.
- c) **Outras operações financeiras** - Os valores relacionados ao Banco do Brasil referem-se a custos bancários e despesas associadas ao processo de arrecadação.
- d) **Intangível, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática.
- e) **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** – A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo poder concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados. Estes planos detêm investimentos em ações da controladora CPFL Energia (nota 16).

Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro trimestre de 2015, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 618 (R\$ 356 no primeiro trimestre de 2014). Este valor é composto por R\$ 608 (R\$ 347 no primeiro trimestre de 2014) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 10 (R\$ 9 no primeiro trimestre de 2014) de benefícios pós-emprego, e referem-se ao valor registrado pelo regime de competência.

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	1º trimestre 2015	1º trimestre 2014	1º trimestre 2015	1º trimestre 2014
Saldo bancário e aplicação financeira								
Banco do Brasil S.A.	283	1.109	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos								
Banco do Brasil S.A.	-	-	59.702	58.006	-	-	1.696	1.650
Outras operações financeiras								
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	282	296
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESPREV	2	1	-	-	2	2	1	-
TOTVS S.A.	-	-	1	1	-	-	2	-
Lucro na alienação de ativos não circulante								
CCDI 29 Empreendimento Imobiliário Ltda	-	6.500	-	-	-	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	-	11	11	-	-	99	70
Arizona 1 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	200	187
Baguari Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	-	-	-	4	4
Caetité 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	183	172
Caetité 3 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	185	173
Calango 1 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	221	207
Calango 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	189	177
Calango 3 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	221	207
Calango 4 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	205	192
Calango 5 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	218	204
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	3	2
Mel 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	149	140
Rio PCH I S.A.	-	-	44	45	-	-	405	380
SE Naranjita S.A.	-	-	-	-	-	-	11	7
Serra do Facho Energia S.A. - SEFAC	-	-	107	85	-	-	891	914

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	1º trimestre 2015	1º trimestre 2014	1º trimestre 2015	1º trimestre 2014
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	154	113	207	200	-	-	(182)	(131)
Companhia Paulista de Força e Luz	567	519	749	630	-	-	274	477
Companhia Luz e Força Santa Cruz	44	46	26	6	-	-	(66)	(55)
Companhia Leste Paulista de Energia	6	7	3	2	-	-	(19)	(15)
Companhia Sul Paulista de Energia	8	9	11	5	-	-	(25)	(20)
Companhia Jaguari de Energia	7	8	13	8	-	-	9	6
Companhia Luz e Força de Mococa	4	5	26	3	-	-	(13)	(11)
Rio Grande Energia S.A.	152	169	36	24	-	-	(377)	(307)
CPFL Geração de Energia S.A.	77	75	25	27	-	-	(122)	(70)
Centrais Elétricas da Paraíba	3	3	7	5	-	-	-	-
CPFL Energia S.A.	116	75	23	-	-	-	(188)	(126)
CPFL Energias Renováveis S.A.	10	10	-	-	-	-	(3)	-
CPFL Serv. Equip. Ind. e Com. S.A.	36	30	20	18	-	-	(72)	(48)
CPFL Atende Centro de Cont. e Atend. Ltda.	94	8	-	-	-	-	-	-
Nect Serviços Adm. Ltda.	36	12	10	1	-	-	-	-
CPFL Total Serv. Adm. Ltda.	-	-	5	2	-	-	-	-
CPFL Telecom S.A.	11	9	1	1	-	-	(10)	(10)
Arrendamento e aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	189	-	-	183	240
CPFL Energias Renováveis S.A.	18	44	-	-	-	-	-	-
CPFL Atende Cent. Cont. At	-	-	-	-	-	-	20	-
CPFL Telecom S.A.	1	87	-	-	98	97	-	-
Adiantamentos - AFAC								
CPFL Energia S.A.	-	-	15.511	15.511	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Companhia Paulista de Força e Luz	8	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	20	-	-	12	20	-	-	-
Companhia Jaguari de Energia	-	-	-	12	-	-	-	-
CPFL Serv. Equip. Ind. e Com. S.A.	7.989	22.463	3.529	3.899	-	-	1.899	970
CPFL Atende Centro de Cont. e Atend. Ltda.	-	-	566	489	-	-	1.860	1.573
Nect Serviços Adm. Ltda.	-	-	472	118	-	-	1.899	1.233
CPFL Total Serv. Adm. Ltda.	-	-	105	148	-	-	248	265
CPFL Telecom S.A.	-	-	4	-	-	-	20	-
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	3.747	-	-	-	10.510
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	1.033	1.007	-	-	3.115	2.692
Companhia Leste Paulista de Energia	-	-	-	33	-	-	-	-
Companhia Sul Paulista de Energia	-	-	-	26	-	-	-	-
Companhia Luz e Força de Mococa	-	-	-	7	-	-	-	-
CPFL Geração Energia S.A.	-	-	4.765	4.765	-	-	13.834	13.361
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	3	2	-	-	8	7
Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	9.347	12.177	-	-	20.201	20.144
SPE Avoredo Energia S.A.	-	-	156	123	-	-	339	342
SPE Varginha Energia S.A.	-	-	89	70	-	-	194	195
SPE Salto Góes Energia S.A.	-	-	72	56	-	-	206	208
SPE Costa Branca Energia S.A.	-	-	3	51	-	-	106	-
SPE Juremas Energia S.A.	-	-	92	129	-	-	85	-
SPE Macacos energia S.A.	-	-	124	165	-	-	117	-
SPE Pedra Preta S.A.	-	-	2	53	-	-	108	-
Atlântica I Parque Eólico S. A.	-	-	81	142	-	-	184	217
Atlântica II Parque Eólico S. A.	-	-	82	140	-	-	175	211
Atlântica IV Parque Eólico S. A.	-	-	77	141	-	-	193	213
Atlântica V Parque Eólico S. A.	-	-	86	149	-	-	189	235
Santa Luzia Energética S.A.	-	-	311	245	-	-	678	683
CPFL Bio Ester Ltda.	-	-	151	151	-	-	339	318
CPFL Centrais Geradoras	-	-	1	1	-	-	-	-
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	-	-	91	72	-	-	198	182
Campos Novos Energia S.A.	-	-	13.971	28.667	-	-	21.311	20.619
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	-	-	3.790	11.241	-	-	11.003	10.626
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	9.619	26.480	-	-	27.239	26.215

Notas Explicativas

(28) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco:

Compete ao Conselho de Administração da controladora orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais, exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de riscos adotado pela Companhia. A Diretoria Executiva tem a atribuição de desenvolver os mecanismos para mensurar o impacto das exposições e probabilidade de ocorrência, acompanhar a implantação das ações para mitigação dos riscos e dar ciência ao Conselho de Administração. Para auxiliá-la neste processo existe: i) o Comitê Corporativo de Gestão de Riscos, com a missão de auxiliar na identificação dos principais riscos de negócios, contribuir nas análises de mensuração do impacto e da probabilidade e na avaliação das ações de mitigação endereçadas; ii) a Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos, responsável pelo desenvolvimento do modelo de Gestão Corporativa de Riscos para o grupo CPFL no que tange à estratégia (política, direcionamento e mapa de riscos), processos (planejamento, mensuração, monitoramento e reporte), sistemas e governança.

A política de gerenciamento de risco foi estabelecida para identificar, analisar e tratar os riscos enfrentados pela Companhia, que inclui revisões do modelo adotado sempre que necessário para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades, objetivando o desenvolvimento de um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

O Conselho da Administração no seu papel de supervisão conta ainda com o apoio do Comitê de Processo de Gestão na orientação dos trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento. A Auditoria Interna realiza tanto revisões regulares como *ad hoc* para assegurar o alinhamento dos processos às diretrizes e estratégias dos acionistas e da Administração.

Ao Conselho Fiscal da controladora compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar preventivamente e por meio de um sistema de informações adequado, (a) os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, (b) sua probabilidade de materialização e (c) as medidas e os planos adotados.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de *swap*, o que permitiu à Companhia trocar os riscos originais da operação para o custo relativo à variação do CDI. A quantificação deste risco está apresentada na nota 29. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas.

Risco de taxa de juros: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A Companhia tem buscado aumentar a participação de empréstimos pré-indexados ou atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo. A quantificação deste risco está apresentada na nota 29.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é

Notas Explicativas

avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco quanto à escassez de energia: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. A condição hidrológica das regiões Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste não está favorável no início de 2015 e, por esse motivo, o cenário energético atual do Sistema Interligado requer atenção e monitoramento. O período úmido dessas regiões finaliza-se no mês de abril, porém em maio deve-se iniciar o período chuvoso da região Sul.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, o que pode gerar reajustes menores em relação ao esperado, embora compensados em exercícios subsequentes por outros reajustes.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia utiliza-se de sistema de *software* (MAPS), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia, suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos.

Notas Explicativas

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

Categoria	Mensuração	Nível (*)	31/03/2015		31/12/2014		
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(a)	(2)	Nível 1	191.154	191.154	148.926	148.926
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(a)	(2)	Nível 2	270.947	270.947	163.427	163.427
Derivativos (nota 29)	(a)	(2)	Nível 2	207.185	207.185	77.947	77.947
Ativo financeiro da concessão (nota 10)	(b)	(2)	Nível 3	661.197	661.197	589.299	589.299
				<u>1.330.483</u>	<u>1.330.483</u>	<u>979.599</u>	<u>979.599</u>
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (nota 14)	(c)	(1)	Nível 2	400.460	362.274	289.476	254.393
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (nota 14) (**)	(a)	(2)	Nível 2	957.637	957.637	645.973	645.973
Debêntures - principal e encargos (nota 15)	(c)	(1)	Nível 2	627.031	629.672	629.205	632.206
Derivativos (nota 29)	(a)	(2)	Nível 2	1.766	1.766	1.301	1.301
				<u>1.986.893</u>	<u>1.941.348</u>	<u>1.565.955</u>	<u>1.533.873</u>

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 4.772 no 1º trimestre de 2015 (perda de R\$ 10.364 no 1º trimestre de 2014)

Legenda

Categoria:	Mensuração:
(a) - Valor justo contra o resultado	(1) - Mensurado ao custo amortizado
(b) - Disponível para Venda	(2) - Mensurado ao valor justo
(c) - Outros passivos financeiros	

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - aporte CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores e concessionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) convênio de arrecadação e (vii) fundo de reversão.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como disponível para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do primeiro trimestre de 2015 é de R\$ 10.775 (ganho de R\$ 10.511 no primeiro trimestre de 2014), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

Notas Explicativas

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas (nota 14 e 15), e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo. As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de março de 2015, a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*:

Estratégia / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Faixa de vencimento	Nocional	Mercado de negociação
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo:									
Hedge variação cambial:									
Scotia Bank	37.739	-	37.739	37.590	149	dólar	07/2016	64.000	balcão
Santander	42.781	-	42.781	44.092	(1.311)	dólar	07/2016	100.000	balcão
Citibank	41.157	-	41.157	44.885	(3.728)	dólar	03/2019	117.250	balcão
HSBC	23.885	-	23.885	25.297	(1.412)	dólar	04/2018	55.138	balcão
J.P. Morgan	23.922	-	23.922	25.300	(1.377)	dólar	04/2018	55.138	balcão
Citibank	26.750	-	26.750	31.148	(4.398)	dólar	01/2020	169.838	balcão
BNP Paribas	10.951	-	10.951	15.083	(4.132)	dólar	01/2018	175.714	balcão
Subtotal	207.185	-	207.185	223.394	(16.209)				
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo:									
Hedge variação de taxa de juros (1)									
J.P. Morgan	-	(587)	(587)	(27)	(560)	CDI	07/2019	110.000	balcão
Votorantim	-	(685)	(685)	(18)	(667)	CDI	02/2021	135.000	balcão
Santander	-	(494)	(494)	(13)	(481)	CDI	02/2021	100.000	balcão
Subtotal	-	(1.766)	(1.766)	(57)	(1.708)				
	207.185	(1.766)	205.419	223.337	(17.918)				
Não circulante	207.185	(1.766)							
Total	207.185	(1.766)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas vide nota 14 e 15.

(1) Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre a amortização da dívida.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para o primeiro trimestre de 2015 e de 2014, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

Risco protegido / operação	Ganho / (perda)	
	1° Trimestre	1° Trimestre
	2015	2014
Variação de taxas de juros	(70)	43
Variação cambial	143.888	(27.643)
Marcação a mercado	(10.920)	4.463
	132.897	(23.138)

Notas Explicativas

c) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI e TJLP), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de março de 2015 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil) ⁽¹⁾	Risco	Depreciação cambial (*)	Apreciação / depreciação cambial de 25% (**)	Apreciação / depreciação cambial de 50% (**)
Instrumentos financeiros passivos	(763.124)		(58.210)	147.124	352.457
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	783.286		59.747	(151.011)	(361.769)
	20.162	baixa dólar	1.538	(3.887)	(9.312)
Instrumentos financeiros passivos	(195.137)		(12.861)	(64.861)	(116.860)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	193.028		12.722	64.160	115.597
	(2.109)	alta euro	(139)	(701)	(1.263)
Total do (aumento) / redução	18.053		1.399	(4.588)	(10.575)

⁽¹⁾ A taxa de câmbio considerada em 31.03.2015 foi de R\$ 3,21 para o dólar e R\$ 3,45 para o euro.

(*) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 3,45 e R\$ 3,67, a depreciação cambial é de 7,6% e 6,6%, do dólar e do euro, respectivamente.

(**) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA.

Em função da exposição cambial líquida do dólar ser um ativo, o risco é baixa do dólar e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável. Em função da exposição cambial líquida do euro ser um passivo, o risco é alta do euro e o câmbio é depreciado em 25% e 50% em relação ao cenário provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2015 fosse mantido: e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses, para esta data base permaneçam estáveis (CDI 11,25% a.a. e TJLP 5,14% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas informações contábeis intermediárias para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 125.123 (CDI R\$ 115.789 e TJLP R\$ 9.334). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (*)	Elevação de índice em 25% (**)	Elevação de índice em 50% (**)
Instrumentos financeiros ativos	429.397		8.760	23.026	37.293
Instrumentos financeiros passivos	(687.737)		(14.030)	(36.880)	(59.730)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(770.895)		(15.726)	(41.339)	(66.952)
	(1.029.235)	alta CDI	(20.996)	(55.193)	(89.389)
Instrumentos financeiros passivos	(181.595)	alta TJLP	(2.470)	(5.421)	(8.372)
Total do (aumento) / redução	(1.210.830)		(23.466)	(60.613)	(97.761)

(*) Os índices de CDI e TJLP considerados de 13,29% e 6,50%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(**) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices do cenário I.

Notas Explicativas

(30) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuía no primeiro trimestre de 2015, um valor de R\$ 697 (R\$ 442 no primeiro trimestre de 2014) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição.

(31) FATO RELEVANTE E EVENTO SUBSEQUENTE

31.1 - Aumento de Capital

(i) Através da AGO/E de 28 de abril de 2015, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 6.453, referente à capitalização do benefício fiscal do ágio apurado em 2014, sem emissão de novas ações.

(ii) Através da AGO/E de 28 de abril de 2015, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 15.511, referente à capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC"), com emissão de 15.511.281 (quinze milhões, quinhentos e onze mil, duzentos e oitenta e uma) novas ações ordinárias.

31.2 – Distribuição de Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio ("JCP")

Na AGO/E de 28 de abril de 2015 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2014, através de (i) declaração de dividendo adicional no montante de R\$ 133.360 (ii) declaração de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 17.833.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Balanco Social Trimestral 2015 / 2014 (*)



Empresa: Companhia Piratininga de Força e Luz

1 - Base de Cálculo	1° Trimestre de 2015 Valor (Mil reais)			1° Trimestre de 2014 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	997.858			711.078		
Resultado operacional (RO)	77.827			32.755		
Folha de pagamento bruta (FPB)	28.332			26.150		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	2.790	9,85%	0,28%	2.479	9,48%	0,35%
Encargos sociais compulsórios	7.813	27,58%	0,78%	7.046	26,94%	0,99%
Previdência privada	1.163	4,10%	0,12%	1.150	4,40%	0,16%
Saúde	1.216	4,29%	0,12%	1.485	5,68%	0,21%
Segurança e saúde no trabalho	79	0,28%	0,01%	73	0,28%	0,01%
Educação	114	0,40%	0,01%	159	0,61%	0,02%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	243	0,86%	0,02%	215	0,82%	0,03%
Creches ou auxílio-creche	61	0,22%	0,01%	42	0,16%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	1.901	6,71%	0,19%	1.563	5,98%	0,22%
Outros	92	0,32%	0,01%	65	0,25%	0,01%
Total - Indicadores sociais internos	15.472	54,61%	1,55%	14.277	54,60%	2,01%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	3	0,00%	0,00%	30	0,09%	0,00%
Cultura	204	0,26%	0,02%	130	0,40%	0,02%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	55	0,17%	0,01%
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	295	0,38%	0,03%	126	0,38%	0,02%
Total das contribuições para a sociedade	502	0,65%	0,05%	341	1,04%	0,05%
Tributos (excluídos encargos sociais)	487.723	626,68%	48,88%	238.735	728,85%	33,57%
Total - Indicadores sociais externos	488.225	627,32%	48,93%	239.076	729,89%	33,62%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	542	0,70%	0,05%	314	0,96%	0,04%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	1.702	2,19%	0,17%	3.820	11,66%	0,54%
Total dos investimentos em meio ambiente	2.244	2,88%	0,22%	4.134	12,62%	0,58%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	1° Trimestre de 2015			1° Trimestre de 2014		
Nº de empregados(as) ao final do período	1.215			1.099		
Nº de admissões durante o período	113			53		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	ND			ND		
Nº de estagiários(as)	36			32		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	353			351		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	237			194		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	12,50%			10,71%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	262			206		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3,13%			3,57%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	58			50		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	1° Trimestre de 2015			1° Trimestre de 2014		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	29,70			27,10		
Número total de acidentes de trabalho	0			2		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) +Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) +Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
	100.430	76	228	131.538	83	278
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
	100%	100%	20,7%	100%	100%	16,00%
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil):	1° TRI 2015 653.733			1° TRI 2014 337.327		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	75,5% governo 4,8% colaboradores(as) 0,0% acionistas 12,3% terceiros 7,4% retido			72,3% governo 8,6% colaboradores(as) 0,0% acionistas 13,3% terceiros 5,8% retido		
7 - Outras Informações	Responsável pelo Preenchimento: Sérgio Luis Felice, fone (19) 3756-8018, sifelice@cpfl.com.br (*) Informações não revisadas pelos auditores independentes					

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Companhia Piratininga de Força e Luz

Revisão das Informações Trimestrais - ITR do Primeiro Trimestre de 2015

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Companhia Piratininga de Força e Luz

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga" ou "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de

três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Campinas, 30 de abril de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marcelo Magalhães Fernandes

Contador

CRC nº 1 SP 203310/O-6